



Renan (D), ao lado de Tuma e Antonio Carlos, cumprimenta senadores da CCJ pela aprovação do fim do voto secreto

CCJ aprova voto aberto em cassação

Sufrágio secreto, de acordo com a proposta, seria mantido em escolha de autoridades, na eleição da Mesa e na apreciação de veto

Os processos disciplinares que envolvam a perda de mandato parlamentar deverão ser decididos em votação aberta ao público. Proposta de emenda constitucional com esse objetivo foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e começa a ser discutida pelo Plenário em primeiro turno. O presidente do Senado, Renan Calheiros, foi à CCJ manifestar seu apoio à decisão do colegiado. **Página 5**

Empresários serão acareados com genro de Serys

O Conselho de Ética realizará na terça-feira uma acareação a quatro: serão confrontadas as versões de Darci e Luiz Antônio Vedoin com a de Paulo Roberto Ribeiro, genro da senadora Serys Slhessarenko. Participará ainda Ivo Marcelo Spínola da Rosa, genro de Darci. **Página 6**



No conselho, presidido por João Alberto, senadores ouvem Biscaia (último à direita)

Parlamento do Mercosul pode ser instalado em novembro

O Parlamento do Mercosul deve fazer sua primeira sessão no fim da cúpula ibero-americana, em novembro. A previsão é do presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Sérgio Zambiasi. **Página 8**



Zambiasi (à esquerda, com Eduardo Azeredo) destaca importância do Parlamento

Mudanças em planos de carreira de servidores

O Senado aprovou projetos que alteram planos de carreira dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União. Outras propostas acolhidas regulamentam funcionamento do Conselho Nacional de Justiça e aumentam em 15% salários no Tribunal de Contas da União. **Página 3**



Plenário aprova propostas que regulamentam o funcionamento do Conselho de Justiça

Pessoa física ou jurídica condenada por submeter trabalhador a situação degradante ficará proibida de contratar empréstimo ou participar de licitação

Comissão aprova medidas de combate ao trabalho escravo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira parecer favorável ao projeto que proíbe a concessão de financiamentos e a participação em licitações de pessoas físicas ou jurídicas condenadas em última instância administrativa por conduta que implique submissão de alguém a condição degradante de trabalho.

A proposta (PLS 207/06), segundo sua autora, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), pretende preencher uma lacuna legislativa para ajudar o governo federal no combate ao trabalho escravo. Fica estabelecida multa administrativa de R\$ 3 mil por trabalhador, corrigidos anualmente, e que deve ser paga em dobro em caso de reincidência. Haverá ainda a inclusão do infrator em um cadastro de empregadores que submetem alguém à condição de trabalho escravo ou de restrição da liberdade – a Lista Suja do Trabalho Escravo.

O projeto também prevê multa às instituições que não respeitarem a proibição e concederem empréstimo aos infratores, e torna nulos os contratos firmados pelos vencedores das licitações que tenham sido considerados culpados. A proposta foi relatada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Também foi aprovada pela CAS proposição para garantir efetividade no combate ao cân-



Presidida por Valadares (E), CAS aprova projeto que amplia combate ao câncer de próstata

cer de próstata (PLS 34/05), incluindo a prevenção à doença no rol das atividades do programa de atenção integral à saúde. A proposta altera a lei que instituiu o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata (Lei 10.289/01), colocando as secretarias de Saúde estaduais e municipais à disposição da população masculina acima de 50 anos para exames de detecção.

A matéria (PLS 34/05), de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), determina a sensibilização de profissionais de saúde, capacitando-os quanto aos novos avanços no campo da prevenção precoce da enfermidade.

O relator da proposta, senador Augusto Botelho (PDT-RR), destacou a importância de intensificar ações para o combate ao câncer de próstata, que é a segunda maior causa de óbitos por câncer em homens, superada apenas pelo de pulmão. O projeto, aprovado com uma emenda supressiva, foi

encaminhado à CDH.

Hepatite

A CAS decidiu também pedir à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer sobre projeto que estende aos portadores das formas crônicas de hepatite benefícios garantidos aos portadores de Aids e de outras doenças contagiosas ou incuráveis (PLS 330/04).

Essa proposta tramita em conjunto com projeto que tem o mesmo objetivo em relação aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar (PLS 67/05), doença que provoca a obstrução dos pulmões por meio do crescimento de células musculares nesses órgãos.

Na mesma reunião foi discutido projeto que prevê pagamento de seguro-desemprego ao pescador artesanal no período do defeso (proibição temporária da pesca para a reprodução dos cardumes). A votação do texto foi adiada.

Fotos: Célio Azevedo

Senado deve celebrar Dia Mundial da Ciência pela Paz em novembro

A Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação (CE) aprovou requerimento de Flávio Arns (PT-PR) com o objetivo de dedicar a hora do expediente da sessão do Senado de 8 de novembro à comemoração pela passagem do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. A proposta será submetida ao Plenário.

Celebrada pela Organização das Nações Unidas no dia 10 de novembro, a data tem a finalidade de fortalecer a preocupação pública com o papel da ciência para as sociedades sustentáveis e pacíficas, informou Arns.

Também foi aprovado outro re-



Proposta de Flávio Arns, aprovada por subcomissão da CE, vai a Plenário

querimento do senador propondo a produção de um vídeo institucional para exibição pela TV Senado durante as comemorações. O vídeo, disse Arns, deve mostrar as atividades da Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão de hoje começa às 9h e será não-deliberativa, destinada à leitura de expediente e a pronunciamento de senadores. Entre os parlamentares inscritos para discursar na tribuna estão os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Os trabalhos do Plenário podem ser acompanhados por meio da Rádio e da TV Senado.

Especial da TV questiona: o que é política?

A TV Senado exhibe uma série de programas especiais sobre os elementos de uma eleição: a política, a democracia, a campanha e o voto. O primeiro programa fala sobre política: o que é, como surgiu, quem são seus principais pensadores e o que pensam seus estudiosos. O especial destaca também como ela influi no dia-a-dia dos brasileiros. A atração vai ao ar hoje, às 22h45, com reprises amanhã, às 16h e às 21h30, e no domingo, às 22h30.

Prêmio Bertha Lutz

As entidades, governamentais ou não-governamentais, já podem enviar ao Senado indicações para o prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, oferecido anualmente àquelas que se destacaram na luta pelo direito das mulheres.

Alô Senado

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612211. Contatos também pelo endereço alosenado@senado.gov.br.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Romeu Tuma, Efraim Morais, Mão Santa, César Borges, Tião Viana, Marcos Guerra, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho e João Alberto Souza

Indígenas solicitam providências quanto à área de saúde

Líderes indígenas reuniram-se na quarta-feira com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para solicitar providências em relação ao Departamento de Saúde Indígena (Desai), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Luiz Otávio (PMDB-PA) e o deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE) também participaram do encontro.

Segundo Lindomar Santos Rodrigues, da tribo xocó de Sergipe, os distritos sanitários especiais indígenas (DSEI) – delimitações geográficas sobre as quais está organizado o subsistema de saúde indígena – “estão falidos”.

Os representantes indígenas também solicitaram a reformulação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Além disso, eles manifestaram apoio à criação de uma comissão parlamentar mista que analise a situação dos povos indígenas. Segundo Paim, o colegiado será instalado até o fim deste ano.

Tião Viana representa Senado na posse de Herman Benjamin

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), representou o Senado na solenidade que deu posse ao ministro Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ocorrida na quarta-feira.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, representando a Presidência da República, e o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, também participaram da cerimônia, conduzida pelo presidente do STJ, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho.

Herman Benjamin é referência internacional em Direito Ambiental, co-presidente da Rede Mundial de Órgãos e Entidades de Implementação Ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Ince) e membro do Conselho Diretor da Comissão Fulbright, programa de intercâmbio do governo dos Estados Unidos. O novo ministro era procurador do estado de São Paulo desde 1982.

No último dia de esforço concentrado antes das eleições, Plenário do Senado acolhe projetos que beneficiam servidores de diferentes áreas

Aprovados planos de carreira do Judiciário e do Ministério Público

O Plenário do Senado aprovou quarta-feira projetos que beneficiam servidores do Judiciário, do Ministério Público da União, do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais Regionais do Trabalho da 15ª e da 8ª regiões.

O primeiro projeto, de autoria do Supremo Tribunal Federal, dispõe sobre a carreira dos servidores do Judiciário e lhes concede reajustes progressivos (até 2008) e diferenciados, de acordo com os cargos, classes e padrões. A matéria (PLC 97/06), relatada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), vai à sanção.

Antonio Carlos observou que o projeto deveria passar por modificações, mas que elas “não são de grande monta” e poderão ser feitas em outra oportunidade. O presidente do Senado, Renan Calheiros, salientou que esse era também o seu ponto de vista.

Ministério Público

O Projeto de Lei da Câmara



Renan Calheiros preside sessão do Plenário

(PLC) 96/06 reestrutura a carreira dos servidores do Ministério Público da União. O aumento de salário desses funcionários é uma das principais consequências práticas da proposta. Agora, a matéria vai à sanção presidencial.

O plano de carreira dos servidores do Ministério Público da União passará a contar com três cargos de provimento efetivo: analista (nível superior), técnico (nível médio) e auxiliar (nível fundamental).

TCU

O PLC 95/06, também acolhi-

do pelo Plenário, concede um aumento de 15% aos servidores do Tribunal de Contas da União (TCU). Em lugar de retroagir a novembro de 2004, como previsto no projeto original, o reajuste vai ser pago a partir de janeiro de 2006. O aumento concedido não se aplica à remuneração dos ministros e membros do Ministério Público junto ao TCU.

A matéria, que recebeu voto favorável de Antonio Carlos Magalhães, segue para a sanção.

TRT

De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TRT), o PLC 8/05 dispõe sobre a criação de funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Os senadores também aprovaram, em regime de urgência, projeto de lei da Câmara (PLC 87/05) que cria funções comissionadas no TRT da 8ª Região. As duas matérias vão à sanção presidencial.



Na Comissão do Salário Mínimo: Heloísa Helena, deputado Walter Barelli e Paim

Paim apresenta relatório preliminar sobre política do salário mínimo

Ao apresentar o relatório preliminar da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o texto representa a posição majoritária dos integrantes da comissão (12 deputados e 12 senadores) e de expositores das muitas audiências públicas que o colegiado realizou.

– No entanto, estou disposto a modificar o texto, caso sejam apresentadas razões convincentes para abalzar outras opiniões.

Paim disse que, logo depois das eleições, vai realizar as reuniões finais para aprovar o relatório e, em seguida, apresentar recomendações aos Poderes Legislativo e Executivo. Entre as mais importantes, citou a regra para o reajuste anual do salário mínimo, que não poderá ser inferior ao repasse da

inflação do ano anterior, acrescido do dobro do aumento do PIB.

– É claro que o reajuste poderá ser maior, se o governo e o Congresso assim o desejarem.

Segundo Paim, o relatório recomenda que os aposentados recebam o mesmo índice de correção de seus salários, uma vez que a perda acumulada em seus vencimentos está estimada, nos dias de hoje, em 70%. “Mas isso terá que ser compensado aos poucos”, admitiu. Como medida para diminuir a informalidade na economia, o relatório propõe desonerar a folha salarial das empresas, limitando a 15% as despesas com impostos sobre salários, que hoje somam 23% da folha. O excedente seria transformado em imposto sobre o faturamento das empresas.

Regulamentação do Conselho de Justiça

Aprovados na terça-feira na Câmara dos Deputados, os projetos que regulamentam aspectos do funcionamento do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle do Poder Judiciário, foram aprovados quarta-feira no Plenário do Senado. Ambos os projetos (PLCs 98/06 e 99/06) seguem agora para sanção do presidente da República.

O Projeto de Lei da Câmara 98/06, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), estabelece o valor das remunerações para os conselheiros. Já o PLC 99/06, também de autoria Supremo, cria órgãos de apoio ao conselho.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) proferiu em Plenário pareceres favoráveis aos dois projetos, em substituição a parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Máquinas agrícolas livres de penhor

Após ter sido aprovado no Plenário do Senado, segue para a Câmara dos Deputados o substitutivo ao projeto de lei do Senado (PLS 141/99) que acrescenta dispositivo ao Código de Processo Civil estabelecendo a impenhorabilidade de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Pela proposta, ficam livres do risco de penhor máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a pessoa física ou a empresa individual produtora rural, exceto nos casos em que esses bens tenham sido adquiridos por financiamento e dados em garantia a operação de crédito ou estejam vinculados a dívida de natureza alimentar ou trabalhista.

Acordos de cooperação com China e França

O Plenário ratificou quarta-feira dois acordos internacionais de cooperação com a China e a França. Com a França, o governo brasileiro firmou acordo em 2005 para a cooperação na área de aeronáutica militar. Com a China, o Brasil comprometeu-se com o fortalecimento da cooperação na área de implementação de infraestrutura de construção.

Convocado pelo presidente Renan Calheiros a proferir parecer em Plenário sobre o acordo Brasil-China, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse que a matéria tem uma “relevância especialíssima” para o Rio Grande do Sul, pois representa a recuperação do setor carbonífero daquele estado.

– O Rio Grande do Sul é o maior produtor de carvão mineral do Brasil, com mais de 90% das reservas – observou.

Senador diz que consumo das famílias, que teria sustentado a economia até agora, está levando-as ao endividamento, e cita outros fatores que podem piorar a situação

Jereissati adverte que o Brasil está a caminho da estagnação

Preocupado com os dados divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou quarta-feira que a economia brasileira está entrando em um “círculo vicioso de estagnação”, na contramão dos países ricos e dos emergentes, que vivem o maior ciclo de crescimento dos últimos 50 anos.

Jereissati lembrou que o crescimento do produto interno bruto (PIB) no último trimestre foi de 0,5%, alcançando 1,7% nos últimos 12 meses.

– A economia não está mais em crescimento. Está estagnada.

O senador disse que o consumo das famílias, que teria sustentado a economia até agora, está levand



Fotos: Rosewell Pinheiro

Conforme Jereissati, dados apontam queda no investimento privado

do-as ao endividamento, e citou outros fatores que irão contribuir para que a situação fique ainda pior. Ele salientou que os dados sobre a economia apontam queda no investimento privado e que a proposta orçamentária do governo para 2007 mostra queda acen-

tuada também nos investimentos públicos.

Em sua análise, Jereissati enfatizou que o estrangulamento nos investimentos públicos e a queda dos investimentos privados, devido à falta de credibilidade e de marco regulatório e à carga tributária, condenarão o Brasil ao “círculo vicioso que o afasta da prosperidade mundial”.

O senador pediu que o governo retire a proposta do Orçamento da União de 2007, enviado ao Congresso Nacional, por considerá-lo “fajuto e impossível de ser executado”, pois, na sua avaliação, baseia-se num cálculo errôneo de crescimento do PIB de 4,75%, contrário às projeções da maioria das instituições, que prevêem crescimento de 3,5%.

Simon rejeita tese que vincula a prática política à falta de ética

Pedro Simon (PMDB-RS) rechaçou a tese, difundida em recente encontro do presidente Lula com artistas e intelectuais, de que a prática política pode prescindir da ética. O senador afirmou seu respeito pela opinião expressada pelo ator Paulo Betti no artigo “A ética da hipocrisia”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que assume ter dito a frase “não se faz política sem sujar as mãos” na saída do jantar com o presidente Lula. Simon admitiu, entretanto, discordar desse pensamento e não acreditar que o conceito prevaleça

na sociedade.

– Eu não aceito a tese de que a política pode não ter ética, de que é preciso colocar a mão na sujeira e de que o Brasil é o país dos corruptos – declarou.

Simon acredita que o Congresso vive as horas mais trágicas da história brasileira, mas sustenta que se enganam os que imaginam a continuidade dessa sucessão de escândalos. O senador observou que, apesar de o próprio presidente Lula ter dito que a política também tem um lado sujo – não é só ética –, “a moral vai aparecer e



Simon: “Eu não aceito a tese de que o Brasil é o país dos corruptos”

os ladrões vão para a cadeia”.

Em apartes, Arthur Virgílio (PSDB-AM), Mão Santa (PMDB-PI), Heráclito Fortes (PFL-PI), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apoiaram Pedro Simon.



ACM diz que afirmação do presidente sobre carta de ex-ministro é “mentira”

dividir o mesmo palanque com o ex-ministro da Saúde Humberto Costa, indiciado pela Polícia Federal no inquérito que investiga o caso dos sanguessugas.

Segundo o parlamentar, apesar de estar crescendo nas pes-

quisas de intenção de voto, Lula está caindo moralmente no conceito “dos homens de bem do país”. Antonio Carlos condenou declaração atribuída ao presidente de que “democracia não é coisa limpa”.

– Ele sabe que democracia não é coisa limpa porque estava acompanhado por dois “vampiros”, principalmente o ex-ministro da Saúde, que é o grande sanguessuga deste país. Ele disse que era testemunha de que Humberto Costa mandou uma carta pedindo para a Polícia Federal investigar o caso. Mentira de Lula – afirmou.

César Borges alerta para risco de totalitarismo

Ao comentar declaração do presidente Lula publicada no jornal *O Globo*, o senador César Borges (PFL-BA) fez um alerta para o risco de o país ingressar no regime de totalitarismo, caso Lula seja reeleito. Para César Borges, a afirmação do presidente, em comício no Nordeste, de que críticas feitas contra seu governo da tribuna do Senado não merecem ser consideradas, revela “uma perigosa tendência totalitária que poderia ser posta em prática num eventual segundo mandato”.

Ele ainda acusou Lula de praticar estelionato eleitoral em virtude de não haver cumprido vários dos itens constantes do



César Borges acusa Lula de estelionato eleitoral por não ter cumprido promessas seu programa de governo lançado em 2002, tais como as promessas de eliminação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de crescimento econômico de 7% ao ano e de reforço do pacto federativo.

César Borges considerou também um estelionato praticado pelo governo federal a duplicação, agora, de recursos destinados ao Bolsa Família.

Virgílio pede voto de censura a Lula por atacar Congresso

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pediu na quarta-feira voto de censura ao presidente Lula por ter utilizado “palavras grosseiras” quando se referia ao Congresso Nacional em discurso de campanha à reeleição, em Caruaru (PE). O senador solicitou ao presidente da Casa, Renan Calheiros, que encaminhe a moção à Presidência da República e ao Supremo Tribunal Federal. Em resposta, Renan informou que encaminhará o pedido “nos termos regimentais”.

– Foram agredidos todos os parlamentares brasileiros com um destempero verbal que não iremos reproduzir aqui, o que

demonstra pouca disposição para o exercício da democracia – declarou Arthur Virgílio, comentando que, para o presidente Lula, “democracia não é só coisa limpa”.

O senador pediu a Renan uma manifestação oficial como presidente da Casa e sugeriu que o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, também repudiasse os termos utilizados por Lula em relação ao Congresso, que, Virgílio fez questão de lembrar, é um Poder independente.

Para ele, a postura do presidente da República é comparável à de ditadores como Alfredo Stroessner e Oliveira Salazar.

Flexa Ribeiro condena gastos com gabinete da Presidência

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o aumento dos gastos do gabinete presidencial do Palácio do Planalto no governo Lula. A despesa teria quadruplicado em comparação com o governo anterior. O parlamentar considera importante a opinião pública ser informada sobre o assunto.

– Em 2002, no governo FHC, o gabinete presidencial gastou R\$ 76 milhões; em 2003, no governo Lula, segundo dados do Siaf [Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal], gastou R\$ 318 milhões; em 2004, os gastos aumentaram para R\$ 372 milhões – destacou.



Flexa Ribeiro afirma que Planalto triplicou número de funcionários

O senador frisou que tais recursos seriam mais bem aplicados na geração de emprego e renda. Além disso, lembrou que, no governo Itamar Franco, o Palácio do Planalto empregava 1.800 funcionários, número que teria baixado para 1.100 na administração Fernando Henrique, mas que, no governo atual, teria triplicado, saltando para 3.300.

ACM critica Lula por acompanhar “vampiros”

“O presidente Lula pode ter popularidade, mas não tem dignidade para presidir o país, porque se mistura com os porcos que o cercam e depois joga a culpa para os porcos, quando o porco maior é ele.” A frase foi dita pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) da tribuna do Plenário, durante pronunciamento em que criticou a atitude do presidente Lula de

Proposta do Senado mantém o voto secreto no exame de matérias de competência privativa da Casa, como indicação de autoridades e eleição da Mesa



Simon, César Borges, Motta e Cavalcanti, durante reunião da Comissão de Justiça

Projeto acaba com burocracia para abrir e fechar empresas

Parecer favorável ao projeto que racionaliza o processo de abertura e fechamento de empresas, ao mesmo tempo em que regulamenta dispositivo inserido pela Emenda Constitucional 42/03, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria do presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 415/05), de acordo com o relator, senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), dispensa a inscrição nos fiscos estaduais e municipais da empresa já registrada na Receita Federal. Também permite o início das atividades empresariais após a concessão da inscrição nos casos em que os serviços oferecidos sejam considerados de baixo risco. A proposta determina ainda que os empresários poderão requerer a suspensão de suas atividades, cessando as exigências de obrigações tributárias e a aplicação de penalidades, inclusive quando houver pendências que impeçam

a baixa da inscrição.

A matéria também prevê a integração de todos os órgãos do governo envolvidos no processo de abertura de empresas, entre elas as juntas comerciais, os cartórios de registro de pessoas jurídicas, o Corpo de Bombeiros e a Vigilância Sanitária. Emenda apresentada por Juvêncio estabelece que a Secretaria da Receita Federal habilitará órgãos da Secretaria da Receita Previdenciária e das Secretarias de Fazenda estaduais como agentes operacionais do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com competência para promover a inscrição ou a baixa de contribuintes.

Programação de TV

Na mesma reunião, a CCJ deu parecer favorável ao substitutivo de César Borges (PFL-BA) a projeto que regulamenta a regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV. A proposta (PLC 59/03), de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), será encaminhada para análise da Comissão de Educação (CE).

Aprovado requerimento para novo depoimento de Okamoto

O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, será convidado a prestar novo depoimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após as eleições. É o que determina o requerimento de autoria dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), aprovado quarta-feira pela comissão.

Os autores do requerimento argumentam haver contradições entre o depoimento prestado an-

teriormente à CCJ por Okamoto e declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista recente ao *Jornal Nacional*, da Rede Globo. O presidente do Sebrae admitiu ter quitado dívida de Lula, então candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, sem o conhecimento deste. Na entrevista, o presidente afirmou que deixou a critério de Okamoto a decisão sobre a quitação do débito, no valor de aproximadamente R\$ 29 mil.

Comissão aprova o voto aberto para os processos disciplinares

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira a adoção do voto aberto em processos disciplinares que envolvam a perda de mandato parlamentar, conforme substitutivo do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a proposta de emenda à Constituição de autoria de Sérgio Cabral (PMDB-RJ). A matéria será enviada ao Plenário, para o primeiro turno de discussão.

De acordo com a proposta, o voto secreto continuará a ser utilizado na votação de matérias cuja análise é atribuição privativa do Senado, como a escolha de magistrados, dos ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo presidente da República, do presidente e dos diretores do Banco Central, do procurador-geral da República. O voto secreto também continuaria a ser adotado na apreciação de vetos presidenciais e na eleição da Mesa diretora.

Na avaliação de Arthur Virgílio (PSDB-AM), a adoção do voto aberto em matérias de competência privativa do Senado poderia colaborar para a dissolução da instituição. Antes que a comissão deliberasse sobre a proposta (PEC 38/04), Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu o desmembramento, de forma que a CCJ aprovasse



Renan (D), ao lado de ACM, diz que Plenário pode votar proposta junto com a da Câmara

imediatamente o voto aberto nas questões disciplinares e deixasse para avaliar posteriormente a forma de votação das matérias privativas, como previa o texto original da proposição.

Servidores

A CCJ também aprovou parecer favorável à proposta de emenda à Constituição 59/05, de autoria de Arthur Virgílio, que permite a aplicação direta dos recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) pelos estados e municípios.

O novo dispositivo determina que os recursos arrecadados com o Fundo PIS-Pasep sejam mantidos nos entes federativos de origem e que um mecanismo similar ao Fundo de Amparo ao

Trabalhador (FAT) seja criado para os servidores públicos, que passariam a reter e aplicar o Pasep. A proposta, segundo o relator, João Batista Motta (PSDB-ES), resolveria uma “distorção” em relação aos funcionários públicos, que contam com estabilidade no emprego mas não são beneficiados por programas de treinamento como o Plano de Qualificação Profissional (Planfor), do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Comissão de Justiça acolheu ainda requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR) que solicita à Casa Civil da Presidência da República informações e notas fiscais referentes à utilização de cartões de crédito corporativos desde janeiro de 2003.

Emenda paralela pode apressar promulgação

Assim que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer favorável à proposta de emenda à Constituição que exige o voto aberto em processos disciplinares referentes à perda de mandato, o presidente do Senado, Renan Calheiros, foi até a sala do colegiado para cumprimentar os senadores pela iniciativa.

Renan disse que, com a visita, pretendia marcar sua posição favorável à matéria e estabelecer, com os líderes partidários, o entendimento de que, tão logo a proposta votada pela Câmara sobre o mesmo assunto chegue ao Senado, seja votada em conjunto com a iniciativa acolhida pela CCJ.

Com isso, Renan entende que será possível fatiar essas duas PECs, como aconteceu com a reforma previdenciária e promul-

gar o aprovado pelas duas Casas – o voto aberto para os processos de cassação –, deixando tramitar normalmente depois as mudanças referentes ao voto aberto para outras situações.

O presidente do Senado explicou que, refletindo o que deseja a sociedade, defende o voto aberto e observou que, quanto mais transparência houver na atividade parlamentar, melhor. Sua restrição é quanto à aplicação do voto aberto em todas as matérias do Legislativo.

– Imagina eleger os presidentes do Senado e da Câmara por voto aberto. Que poder de pressão o governo não teria com relação a isso? Essa votação da CCJ serviu para marcar uma posição, para que o Brasil saiba que o Senado apóia incondicionalmente o princípio do voto aberto, sobretudo

para casos de infração ao decoro parlamentar. É uma sinalização clara. O que podemos fazer agora é aprovar o princípio do voto aberto o mais rapidamente possível, assim que ele chegue da Câmara, e marcar logo a promulgação, como nós fizemos com outras emendas constitucionais. E aí depois é partir para discutir as outras mudanças que dividem as opiniões.

Na mesma entrevista, o presidente do Senado prometeu todo esforço para colocar logo em votação o projeto de lei que institui a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Ao lado de Renan, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), disse que será o relator da proposição e que está pronto para oferecer parecer favorável.



Patricia Saboya (PSB-CE) protestou contra a total falta de controle sobre os sites da internet. A ausência de uma legislação específica tem feito, segundo ela, com que crianças tenham acesso a conteúdos não apropriados a sua faixa etária e que se dissemine a pornografia infantil.

Patricia defende mais controle sobre conteúdo de sites

Patricia Saboya (PSB-CE) protestou contra a total falta de controle sobre os sites da internet. A ausência de uma legislação específica tem feito, segundo ela, com que crianças tenham acesso a conteúdos não apropriados a sua faixa etária e que se dissemine a pornografia infantil.

– Meninos e meninas são obrigados a realizar atos sexuais sem saber que estão sendo filmados. Depois, essas imagens são veiculadas em sites do mundo inteiro.

A senadora propõe que os provedores adotem uma atitude mais proativa, com mecanismos de auto-regulamentação.

– Um dos nossos maiores desafios é atualizar as leis. Precisamos também aprimorar os instrumentos de responsabilização dos culpados. É fundamental ainda a atenção constante das famílias e da escola no uso que as crianças fazem da rede – assinalou.

Paulo Paim alerta para problemas nos fundos de pensão

Mudanças na legislação sobre fundos de previdência complementar, com “fiscalização mais firme, informações mais claras e punição exemplar para os maus gestores”, foram defendidas por Paulo Paim (PT-RS).

– Temo pela administração dos recursos desses planos. O volume de valores é grandioso e pairam muitas dúvidas quanto a investimentos mal-sucedidos que causaram prejuízos enormes, e que estão sendo alvo de ações do Ministério Público – advertiu.

Para confirmar seus temores, Paim citou o Aerus, fundo de pensão dos funcionários da Varig. Ele disse que seus filiados correm o risco de nada receber de suas poupanças. O senador observou que, nesse caso, a Justiça mandou a União ressarcir os participantes, entendendo que o governo federal teve culpa na crise por ineficiência de fiscalização.

Conselho de Ética do Senado promove confrontação de quatro envolvidos no escândalo da venda de ambulâncias superfaturadas a prefeituras

Empresários serão acareados na terça com o genro de Serys

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado decidiu marcar para a próxima terça-feira uma acareação a quatro: serão confrontadas as versões de Darci Vedoin e Luiz Antônio Vedoin, sócios-proprietários da Planam, e a de Paulo Roberto Ribeiro, genro da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), sobre recursos que Ribeiro teria recebido dos Vedoin. Participará ainda da acareação o genro de Darci Vedoin e funcionário da Planam, Ivo Marcelo Spínola da Rosa.

– Tem muita gente mentindo, há muitas contradições e é preciso resgatar a verdade, inclusive com provas materiais – disse o senador Paulo Octávio (PFL-DF), relator do processo contra Serys no Conselho de Ética.

Ribeiro e Spínola foram acareados quarta-feira, sem que Paulo Octávio e os demais membros do conselho ficassem esclarecidos sobre o suposto pagamento de propina a Serys pela Planam, em troca da apresentação de emendas no valor de R\$ 700 mil para a compra de ambulâncias por prefeituras de Mato Grosso.

Para o senador Demostenes Torres (PFL-GO), embora a empresa de Ribeiro tenha registro para realizar uma ampla gama de negócios, “é estranho” que tenha fornecido armários para a Planam, quando esta empresa tem marcenaria.

Demostenes expôs também contradições entre o conteúdo da defesa apresentada por Magno Malta (PL-ES) e a carta enviada

na terça-feira ao Conselho de Ética pelo deputado Lino Rossi (PP-MT). Segundo o senador, o primeiro afirmou ter recebido uma van de Rossi, a título de empréstimo, em 2003, e devolvido em 2005. Já Lino Rossi escreveu ao conselho dizendo que a van foi entregue em 2002 e devolvida um ano e meio depois.

Sobre o depoimento da assessora do Ministério da Saúde Marilane Cavalcanti de Albuquerque, Demostenes pediu que se observasse que ela disse ter recebido ligação do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para saber da liberação de dinheiro referente a emendas de sua autoria.

– Como é que ele cobrou a liberação de emendas que diz não ter apresentado? – questionou.

Maria da Penha diz que foi usada pela família Vedoin

Em depoimento no Conselho de Ética, a ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino afirmou que foi usada pela família Vedoin no esquema de fraudes criado para utilizar irregularmente recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias.

Maria da Penha foi ouvida como convidada, para subsidiar a investigação nos processos disciplinares contra Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Os três tiveram os nomes incluídos no relatório preliminar da CPI dos Sanguessugas.

Em outro depoimento, também na condição de convidada, a assessora do Ministério da Saúde Marilane Cavalcanti de Albuquerque afirmou que é sua função receber chefes de gabinetes para prestar informações sobre o andamento de projetos de interesse dos parlamentares. Ela disse que recebeu algumas vezes o ex-assessor de Ney Suassuna, Marcelo Cardoso de Carvalho, e uma única vez conversou com o senador.



Maria da Penha (D) presta depoimento, ao lado de João Alberto e Jefferson Péres

Biscaia acredita em participação de senadores

Durante exposição sobre os trabalhos de investigação da CPI dos Sanguessugas, o presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), disse que, em sua opinião, há provas convincentes de que os três senadores investigados em processos disciplinares tenham participado do esquema de venda superfaturada de ambulâncias com recursos de emendas ao Orçamento. Ao falar aos membros do conselho, Biscaia confirmou que o senador Ney Suassuna havia perguntado a ele se o deputado não sabia que “90% dos parlamentares tiram uma beirada das emendas ao Orçamento”.

Senadores querem convocação de Lino Rossi pela CPI

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Demostenes Torres (PFL-GO) vão apresentar requerimento na CPI dos Sanguessugas solicitando a convocação do deputado Lino Rossi (PP-MT) para que explique o empréstimo de um carro ao senador Magno Malta (PL-ES). A decisão foi anunciada na reunião de ontem do Conselho de Ética porque Rossi não compareceu para depor.

– O Conselho de Ética não tem poder para convocar parlamentar, mas apenas convidar. Já uma comissão parlamentar de inquérito tem poder próprio de autoridade e pode convocar o deputado – explicou Demostenes.



Lobão destaca vantagens competitivas do Brasil perante a China e a Índia

Lobão: eleições no Brasil são exemplo para todo o mundo

Ao comentar o artigo “Brasil melhor do que parece”, do jornalista Gesner Oliveira, publicado na *Folha de S. Paulo*, Edison Lobão (PFL-MA) destacou, como vantagens competitivas do país em comparação aos emergentes China e Índia, a consolidação do regime democrático brasileiro, gerando menos incertezas a investidores; o forte empreendedorismo no Brasil; e a homogeneidade cultural da população brasileira.

– O Brasil serve de modelo a todo o mundo sobre como realizar um processo eleitoral limpo, fiscalizado, sob condições técnicas que confirmarão a legitimidade da decisão popular – acrescentou.

Mão Santa acusa Wellington Dias de abuso de poder

Mão Santa (PMDB-PI) reiterou acusações contra o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), que teria recebido irregularmente do governo Lula recursos para a compra de ambulâncias no período eleitoral, conforme processo que o Tribunal de Contas da União examina.

Para Mão Santa, o governador “agiu como sanguessuga e já comprou votos de prefeitos com promessa de distribuir recursos”.

– Lula e Wellington cometeram crime eleitoral grave, passível de cassação de mandato ou de impugnação de candidatura.

Heloísa Helena (PSOL-AL) apoiou o senador e acusou Lula de fugir ao debate eleitoral.



Mão Santa: “governador do Piauí agiu como sanguessuga no período eleitoral”

Azeredo comemora aprovação da lei da pequena empresa

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comemorou quarta-feira a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, também conhecida como Super Simples. O senador salientou que a nova lei nasceu da sociedade e é moderna e eficaz, por reunir em apenas um tributo outros nove impostos e contribuições das três esferas de governo, incluindo a Previdência Social.

O parlamentar destacou a desburocratização da abertura, funcionamento e baixa das empresas, por meio da criação de um cadastro unificado que racionalizará a exigência de documentos e garantirá aos empresários economia de



Roosevelt Pinheiro

Azeredo destaca desburocratização e estímulo para as exportações do setor

tempo e de recursos. Acrescentou que haverá redução da tributação sobre as exportações de micro e pequenas empresas e preferência a esse segmento nas compras públicas de menos de R\$ 80 mil.

Em aparte, Marcos Guerra (PSDB-ES) disse que a nova legislação precisa ajudar realmente alguns setores, como o de vestuário e confecção.

Marcos Guerra: aumento de taxa de energia será revisto

Marcos Guerra (PSDB-ES) informou quarta-feira ao Plenário que haverá revisão do aumento do preço de energia elétrica praticado em fevereiro pela Empresa de Luz e Força Santa Maria, que atende a 12 municípios capixabas. Ele afirmou que, depois de ter participado de reuniões na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a agência reguladora reconheceu que houve erro quanto ao reajuste.

A Aneel detectou que o mesmo erro ocorreu em outras 11 concessionárias de energia elétrica. O resultado é que, a partir de outubro, cerca de 400



Roosevelt Pinheiro

Marcos Guerra diz que erro comprova descaso do governo com as agências

mil pessoas, estimou Marcos Guerra, terão um desconto nas suas contas de energia elétrica. Serão beneficiados municípios do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em aparte, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que o erro comprova o descaso do governo Lula com as agências reguladoras.

Virgílio: conversor digital deve ser feito apenas em Manaus

Arthur Virgílio (PSDB-AM) voltou a cobrar do governo federal respeito à Lei de Informática, que garante à antiga Zona Franca de Manaus o monopólio de incentivos para a produção de televisores no país. De acordo com o senador, integrantes do Executivo vêm demonstrando que pretendem abrir os incentivos para fabricação de televisores digitais em outros pontos do país.

Virgílio citou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* em que o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, apóia o monopólio do atual Pólo Indus-



Roosevelt Pinheiro

Arthur Virgílio é contra produção de decodificadores em outras regiões

trial de Manaus, enquanto o ministro das Comunicações, Hélio Costa, defende a fabricação de TVs digitais em outras regiões do Brasil.

– Vou lutar até o fim para impedir essa violência contra uma região pobre e estratégica. Exijo que o pólo de televisores fique no meu estado – disse.

Idéia da Comissão de Orçamento é estimular empresas de todo o país a participarem de pregões municipais, para reduzir preços e combater fraudes

Prefeitura poderá ser obrigada a comprar via leilão eletrônico

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG), informou à imprensa que está negociando com líderes partidários a exigência de que toda prefeitura faça leilão eletrônico, via internet, para adquirir produtos ou serviços a serem pagos com verbas do Orçamento da União. A idéia é permitir que empresas de todo o país participem dos leilões municipais, reduzindo preços e minimizando a possibilidade de fraudes.

O parlamentar quer incluir a exigência na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, que ainda será votada pelo Congresso. Ele vai negociar esse ponto com o relator da LDO, senador Romero Jucá (PMDB-RR). O projeto da LDO já foi votado pela Comissão de Orçamento.

O Comitê de Fiscalização da Execução Orçamentária da CMO obteve sinal verde dos técnicos do Ministério da Fazenda para



Márcia Kolumbe

Ao lado de Valdir Raupp (E), Gilmar Machado concede entrevista coletiva à imprensa

divulgar a prestação de contas das prefeituras que comprarem produtos ou serviços com verbas do Orçamento federal. Os dados serão colocados no Sistema Integrado de Administração do Governo Federal (Siafi) e devem incluir o nome dos ganhadores da licitação, o preço oferecido e os nomes das empresas derrotadas. Essa exigência também será negociada com o relator.

O presidente da Comissão

Mista de Orçamento também informou que enviaria comunicação aos líderes partidários solicitando que eles substituam, o mais rapidamente possível, os 17 parlamentares do colegiado que tiveram seus nomes encaminhados aos conselhos de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas.

Raupp quer mínimo maior que o previsto pelo Executivo

O relator do Orçamento da União para 2007, Valdir Raupp (PMDB-RO), pretende propor que o salário mínimo seja reajustado em 1º de abril para um valor acima dos R\$ 375 usados pelo governo ao elaborar o projeto orçamentário. Apesar de sugerir o aumento, Raupp acha que “o Orçamento está muito apertado”, pois a previsão do governo de que a economia crescerá no próximo ano 4,75% é, na opinião do senador, “um pouco elevada”,

puxando para cima as receitas tributárias.

– Desse jeito, o Congresso pode acabar reestimando as receitas para fechar as contas. No final, o presidente pode impor mais um contingenciamento em cima das verbas orçamentárias, como ocorre todo ano – previu.

Raupp fez quarta-feira a primeira reunião com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Gilmar Machado, para discutir o encaminhamento

do projeto orçamentário. Ficou resolvido que os dois se reunirão com coordenadores partidários na comissão no dia 4 de outubro, quando decidirão o valor das emendas parlamentares e o cronograma de votação.

Raupp e Gilmar acham viável votar o Orçamento de 2007 até o Natal. O deputado pondera que, após as eleições, será possível o rápido exame de projetos no Congresso, especialmente o Orçamento.

Carreiro recebe homenagem no Plenário

Heráclito Fortes (PFL-PI) homenageou da tribuna, na sessão de quarta-feira, o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva, pela passagem de seu aniversário.

Heráclito salientou a dedicação e correção de Carreiro no assessoramento aos trabalhos do Senado e desejou-lhe parabéns em nome dos 81 senadores



Jane Araújo

Carreiro (foto) foi saudado em discurso por Heráclito

da Casa, no que foi seguido pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), que se encontrava na presidência dos trabalhos do Plenário.

– Quis Deus que eu estives-

se aqui hoje na liderança do PMDB para fazer das palavras de Heráclito as minhas e dizer que Carreiro é um exemplo de funcionário público do Brasil, um homem digno – afirmou o senador Mão Santa (PI), que chegou a sugerir que as qualidades de Carreiro o habilitariam até mesmo a ocupar uma vaga no Tribunal de Contas da União.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que discursou em seguida, parabenizou Carreiro “por seu trabalho brilhante” na Secretaria da Mesa.

Primeira sessão do novo órgão poderá ser realizada após Cúpula Ibero-Americana, que reunirá 20 chefes de Estado e de governo em Montevideu, no Uruguai

Parlamento do Mercosul deve ser inaugurado em novembro

A rápida aprovação pelo Congresso do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul – ocorrida na noite da última terça-feira – poderá permitir que a sessão inaugural do novo órgão coincida com o final da 16ª Cúpula Ibero-Americana, que reunirá 20 chefes de Estado e de governo em Montevideu, de 3 a 5 de novembro. A previsão é do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM).

A proposta de se realizar a sessão inaugural do novo parlamento logo após a Cúpula Ibero-Americana foi aprovada na reunião da CPCM promovida em julho na cidade argentina de Córdoba. O funcionamento efetivo do Parlamento do Mercosul seria uma espécie de gesto político destinado a fortalecer o bloco econômico, no momento em que se encontrarão na capital uruguaia líderes de todos os países latino-americanos, além de Portugal e Espanha.

Para que isso ocorra, será ne-



Zambiasi ajudou a compor o acordo político para a aprovação da matéria

cessária ainda a aprovação final do protocolo pela Argentina e pelo Uruguai, onde parlamentares de oposição têm criticado a atual condução do bloco econômico. No Parlamento do Paraguai ele já foi aprovado.

– O gesto brasileiro talvez seja o motor que irá alavancar a discussão do tema nos dois países que ainda precisam aprovar o protocolo. Isso pode ser facilitado pelo rápido andamento da proposta de criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Isso porque o novo fundo deverá acelerar o crescimento dos dois países que têm as menores economias, o Uruguai e o Paraguai, e reduzir o peso de políticos contrários à condução do processo de integração – disse Zambiasi, que foi relator, em Plenário, dos projetos de decreto legislativo que aprovaram a criação do Parlamento e o estabelecimento do Focem.

Graças a um acordo político, os dois projetos foram acatados pela Câmara dos Deputados depois da liberação da pauta com a votação de 20 medidas provisórias. Os textos seguiram imediatamente para o Senado, onde foram apreciados como itens extrapauta, 40 minutos depois. Zambiasi acredita que a aprovação do Focem era ansiosamente aguardada pelo Uruguai e pelo Paraguai e também pode ser interpretada como um gesto concreto do Brasil em apoio às economias desses dois países.

J. Feitosa

Implantação do novo parlamento será gradual

O processo de implantação do Parlamento do Mercosul começa este ano e deve ocorrer, de forma gradual, até 2014. Ao final de duas etapas de transição, tomarão posse em 2015 parlamentares eleitos no mesmo dia em cada um dos países do bloco.

Durante a primeira etapa da transição, de 31 de dezembro de 2006 a 31 de dezembro de 2010, o parlamento será integrado por 18 representantes de cada componente do bloco indicados pelos respectivos congressos nacionais. Os critérios para a composição definitiva, com peso específico para cada país de acordo com a sua população, serão definidos até o fim do próximo ano.

Na segunda fase, de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, os parlamentares terão sido eleitos segundo a agenda eleitoral do Estado-parte. Ou seja, as datas de escolha dos integrantes do parlamento ainda não serão coincidentes. Até o final de 2014 serão realizadas as eleições comuns para a escolha dos parlamentares que tomarão posse em 2015, já concluídas as etapas de transição. A data das eleições comuns, a ser definida até 2012, será conhecida como Dia do Mercosul Cidadão.

Criado em dezembro de 2005, o parlamento terá como competências, entre outras, emitir declarações, recomendações e relatórios sobre o processo de integração e efetuar pedidos de informação aos órgãos decisórios e consultivos do Mercosul.

Fundo garante estímulo a economias menores do bloco

O desenvolvimento das duas menores economias do Mercosul – Uruguai e Paraguai – receberá novo estímulo a partir da implantação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) do bloco. Juntos, os dois terão direito a 80% dos recursos do novo fundo, que se destina a “desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas do bloco”, o que permitirá reduzir as “assimetrias” do processo de integração.

Os recursos à disposição do Focem virão de contribuições anuais não-reembolsáveis dos Estados-parte. O Brasil contribuirá com 70% dos recursos e a Argentina, com 27%. Caberá ao Uruguai ceder 2% do total, enquanto o Paraguai ficará responsável por 1%. Mas os US\$ 100 milhões anuais do fundo serão alcançados apenas no seu terceiro ano de funcionamento efetivo. No primeiro ano, será depositado por país o equivalente a 50% do valor estimado. No segundo ano, a proporção sobe para 75%.

O Paraguai deverá receber 48% dos recursos destinados ao Focem. O Uruguai terá 32%, enquanto Argentina e Brasil disporão, cada um, de 10%. Durante os primeiros quatro anos, os recursos do fundo serão destinados prioritariamente ao Programa de Convergência Estrutural. O programa deverá privilegiar, no mesmo período, obras de infra-estrutura determinadas a facilitar o processo de integração.



De acordo com relatório de Lúcia Vânia, 52% da população são do sexo feminino, mesma proporção registrada no eleitorado.

Mas as mulheres representam apenas 11,6% do total de vereadores, 10,5% do total de deputados estaduais e 6,7% dos parlamentares federais.

Acolhido relatório da Comissão da Mulher Latino-Americana 2005

A Comissão Especial da Mulher Latino-Americana 2005 aprovou, quarta-feira, o relatório de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que trata das conclusões dos trabalhos do colegiado. No documento, ela diz que a comissão temporária “cumpru integral e exemplarmente” seus objetivos, recomenda a continuidade do debate sobre questões de gênero e a aprovação de projetos de interesse da mulher.

Foi encaminhado expediente à Secretaria Geral da Mesa solicitando prioridade para a tramitação e a votação de proposições como a que trata do planejamento familiar; a que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização para efeitos de admissão em emprego; e a que estabelece incentivo fiscal às empresas que contratarem empregadas mulheres chefes de família.

Na ocasião, a presidente da comissão, Serys Shesharenko



Segundo Lúcia Vânia, colegiado cumpriu integralmente os objetivos

(PT-MT), disse que a nova lei de combate à violência doméstica vai contribuir para ajudar as mulheres na luta contra a discriminação.

O relatório foi lido por Heloísa Helena (PSOL-AL). A comissão foi criada em 2005 com objetivo de planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana 2005.

Alvaro critica medidas adotadas pela Argentina na Tríplice Fronteira

Alvaro Dias (PSDB-PR) leu nota da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu (PR) condenando o governo argentino pela adoção de duas medidas que, na opinião do senador, inviabilizam o desenvolvimento turístico e econômico dos municípios da região da tríplice fronteira, entre Argentina, Brasil e Paraguai, e comprometem o Mercosul.

Alvaro informou que o governo argentino criou uma taxa de cinco pesos para turistas que deixem a Argentina atravessando a Ponte Tancredo Neves, que liga o Brasil àquele país. Além disso, foi adotada cobrança diferenciada no preço do combustível para estrangeiros que entram na Argentina por aquela área de fronteira.

O senador relatou que, na segunda-feira, empresários do turismo, do comércio, mototaxistas e taxistas da Argentina, Brasil e Paraguai, depois de esgotar as tentativas jurídicas para resolver o impasse de forma diplomática,



Alvaro registra protesto de grupos ligados ao turismo e à economia dos três países

montaram piquetes em pontos estratégicos da ponte fechando a fronteira. O propósito, segundo ele, foi alertar o governo argentino para a gravidade das medidas.

Em aparte, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) registrou a realização em Uruguaiana (RS), também na segunda-feira, de audiência conjunta da Comissão Parlamentar do Mercosul – da qual é presidente – e da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, para tratar do assunto.

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro